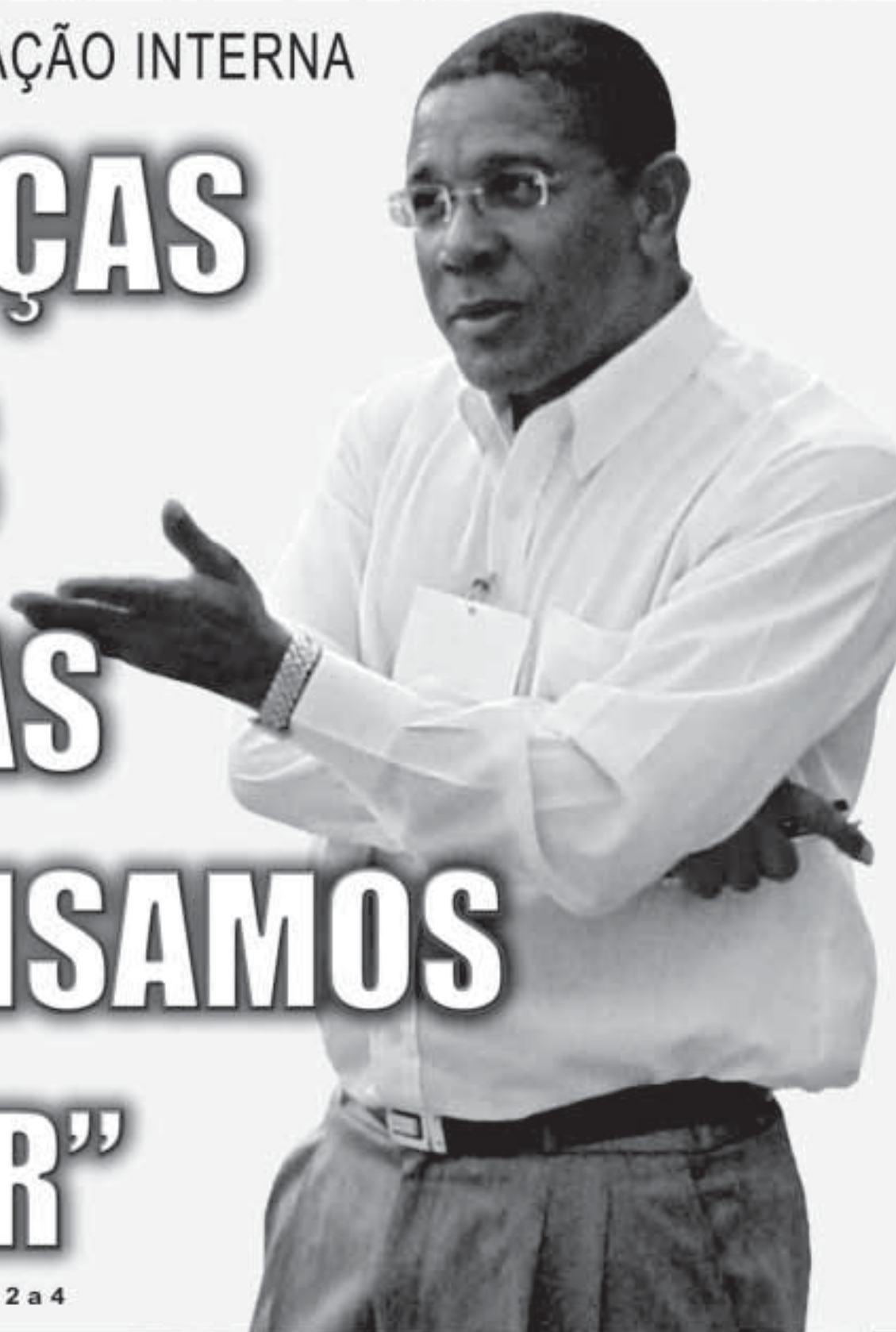


MINISTRO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

“HÁ AMEAÇAS INTERNAS E EXTERNAS QUE PRECISAMOS COMBATER”

Págs. 2 a 4



PRESIDENCIAIS

SILVINO DA LUZ



“Não me coloco de fora”

Pág. 5

ECONOMIA



Sede da Enacol pode vir para Praia

Pág. 13

REPORTAGEM



Jorra que alimenta e mata

Centrais

O ministro da Administração Interna anuncia, em exclusivo a este jornal, um pacote de medidas para o reforço da segurança no país, com destaque para a criação da Polícia Nacional, dos Serviços de Informação da República e da revisão do regime que regula a entrada e permanência de estrangeiros em Cabo Verde. Júlio Correia ressalva que Cabo Verde é um país seguro, embora aberto aos fenómenos emergentes das sociedades modernas. Ainda assim, adverte que o país não pode compactuar com fenómenos que possam perturbar a sua ordem interna. O MAI fala também, na entrevista que se segue, de mais efectivos e meios para a PN e o Poder Local, bem como dos preparativos para as próximas eleições.

Por: ALÍRIO DIAS DE PINA

“CABO VERDE não pode compactuar com fenómenos que perturbam a ordem interna”

Actualidade

Sexta-feira, 25 de...

A Semana- Na sequência dos recentes casos de homicídio registados na Praia, tem havido fortes críticas, nomeadamente por parte da oposição, sobre o clima de insegurança que se vive no país. Quer comentar?

Júlio Correia - Antes de mais devemos ressaltar que Cabo Verde é um país seguro. Entretanto, como um país aberto ao mundo, não está alheio aos fenómenos emergentes nas sociedades modernas. Justamente por ser um país aberto ao mundo, estamos sujeitos a influências, inclusive na vertente criminal. Contudo, Cabo Verde não pode compactuar com fenómenos que possam perturbar a ordem interna e pôr em causa a segurança das pessoas e das instituições. Por isso, neste momento, temos em curso um conjunto de reformas de curto prazo, com vista a propiciar um ambiente de cada vez mais tranquilidade e segurança no país.

Concretamente sobre os acontecimentos na Praia, são episódios que sempre aconteceram e que, de uma certa forma, pela sua natureza, podem passar para as pessoas a ideia de uma certa intranquilidade. Mas em todos esses casos as forças policiais têm actuado e todas as medidas estão a ser tomadas com vista ao reforço da segurança na capital e em todo o país. E devo dizer-lhe que grande parte dos casos já foi esclarecida.

- Antes disso, o país ficou abalado com o atentado contra o magistrado Arlindo Figueiredo Silva. Estamos, neste caso, perante a complexificação de actos violentos, evoluindo para crime organizado, com ajustes de contas pelo meio?

- Este caso, para já, está sob o segredo da justiça, de modo que não seria curial tecer comentários a respeito, como quer que seja. Trata-se de um acto reprovável a todos os níveis e que nos comoveu a todos. Devo,

no entanto, avançar que foram tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos magistrados de Cabo Verde.

- Há ainda o motim de Santa Maria, que culminou com o apedrejamento da Esquadra local da POP por parte de emigrantes africanos e o envolvimento destes em outros crimes, como os de tráfico de drogas, falsificação de notas, entre outros. Estes factos têm a ver com a situação social reinante no país?

- Não. Para já a questão de Santa Maria foi um acto isolado, mas que foi devidamente resolvido pelas autoridades nacionais. Agora, é certo que Cabo Verde se tornou destino preferencial para muitos estrangeiros, não só da CEDEAO, que escolhem o nosso país para fixar residência ou para trabalhar. Mas também é certo que há imigrantes ilegais no país. Por isso tenho defendido que Cabo Verde deve poder definir convenientemente a sua política de imigração. Somos um país aberto e devemos continuar a ser um país aberto, entretanto o que temos de fazer é providenciar medidas compensatórias que possam permitir que, ao mesmo tempo que continuemos a ser um país aberto, possamos controlar com eficácia as entradas e permanência de estrangeiros em Cabo Verde. A perturbação da ordem e da tranquilidade públicas não serão toleradas, venha de onde vier.

- Temos também casos de armas ilegais que abundam em Cabo Verde.

- Efectivamente a existência de armas ilegais em Cabo Verde constitui um problema sério e estamos empenhados em combatê-lo. No entanto, além de controlar as armas existentes no país, requer-se que se tomem medidas também ao nível das fronteiras, sobretudo a marítima, que constituem portas de entrada de armas no nosso arquipélago. A situação arquipelágica do país às vezes dificulta esse controlo, mas estamos a

tomar as medidas para apertar o cerco à entrada ilegal de armas no país. Demos, nessa via, instruções muito fortes à polícia no sentido de planear e agir neste combate. Temos apreendido armas com frequência, armas entradas ilegalmente e as de fabrico artesanal. Este é um combate que vamos vencer sem qualquer dúvida.

Constituição e SIR

- Paralelamente a esses crimes, há responsáveis da POP que se queixam de falta de efectivos e equipamentos, nomeadamente viaturas, rádios e fardamentos, para desenvolverem o seu trabalho. O que diz sobre isso?

- Este não é necessariamente um país com muitos meios. Não conheço instituições em Cabo Verde que não tenham uma ou outra dificuldade. Mas estamos a trabalhar para dotar a polícia de meios fundamentais para combater a criminalidade. Estamos a trabalhar num programa de aprovisionamento de todos os meios que sejam necessários à polícia, num horizonte temporal razoável. Mas este é um esforço que exige parcerias e temos sinais positivos neste sentido.

Quanto aos meios humanos, neste momento decorre um programa de formação de mais 220 novos agentes da POP e, no transcurso deste ano, contamos dotar os profissionais de meios de protecção, o que é igualmente fundamental.

- A dificultar ainda mais o combate à criminalidade, a actual Constituição não permite buscas domiciliárias à noite, uma situação que facilita aos acusados com termo de identidade e residência a continuar a traficar tranquilamente. Como contornar essa situação?

- Devemos trabalhar com as leis que temos, ainda que se possa admitir um debate

sério a respeito. A verdade, porém, é que o país deve ser dotado de legislação nesta matéria, que permita respostas consentâneas com a complexificação do fenómeno “crime”.

- Há pouco tempo, foi dado como certo que um agente da polícia de fronteira esteve envolvido no tráfico de droga no Sal. O que foi feito com esse policial?

- Para já desconheço esse caso. Contudo, os agentes da ordem e segurança têm um código de ética e de conduta que deve ser observado e respeitado. Eu confio nos profissionais da polícia.

- O Ministério está a tomar medidas para evitar, a esse nível e em outros serviços, actos de corrupção ou tráfico de influência?

- Desde logo entendemos que a prestação da Polícia passa também pela sua motivação. Nesse sentido estamos a proceder a um conjunto de alterações, nomeadamente ao nível dos estatutos da POP, por forma a introduzir melhorias no acesso, promoção e progressão e desbloquear as carreiras. Só para ter uma ideia, o actual estatuto condiciona o desenvolvimento na carreira à frequência de cursos de formação. Tendo em conta a inexistência das referidas formações no país ou dificuldades na sua organização em Cabo Verde, pudemos alterá-lo no sentido de se introduzir o concurso como exigência legal para a promoção do pessoal policial da POP, sem prejuízo da manutenção do curso como opção alternativa para ingresso nas diferentes carreiras. Com essa medida legislativa encurta-se, também, o tempo de serviço efectivo no posto para a promoção em algumas categorias.

Por isso tenho dito que as alterações que se propõem nos estatutos irão, com certeza, surpreender muita gente pelas virtudes que encerram.

- Uma das medidas em política de segurança, a serem tomadas pelo governo, vai ser a criação dos Serviços de Informação da República (SIR). Será que tal projecto vai contar com o apoio do Mpd?

- Contamos que sim. Creio ser consensual existirem hoje fenómenos que constituem perigos ou ameaças, tanto internos quanto externos e que precisamos combater. Sabemos também que a actividade policial e a própria actividade militar não são hoje suficientes para combater, com absoluta eficácia, estes fenómenos. Por isso estamos a propor a criação destes serviços e contamos com o apoio dos partidos da oposição com assento parlamentar na aprovação deste diploma.

- SIR, o que é resumidamente?

- Trata-se de um órgão da administração do Estado com a missão de recolher, produzir e sistematizar um conjunto de informações sobre actividades que possam constituir ameaças ao Estado de Cabo Verde, no que tem que ver nomeadamente com: a preservação da unidade, do Estado de Direito Democrático constitucionalmente estabelecido, da soberania e da integridade territorial; protecção dos cidadãos e das instituições da República; garantia de segurança interna; prevenção e combate a prática de actos que perigam a segurança.

- Que importância tem esse serviço para Cabo Verde, nomeadamente no que toca a prevenção de crimes organizados, branqueamento de capital, tráfico de drogas e emigração clandestina?

- Os SIR existem em quase todos os países. Como disse há pouco, os fenómenos emergentes nas sociedades modernas, de que Cabo Verde faz parte, requerem medidas eficazes para a sua prevenção e o seu combate. Os SIR decorrem, pois, da necessidade de

se conhecer antecipadamente as ameaças que se colocam à segurança colectiva do Estado de Cabo Verde, agindo na antecipação e subsidiando as autoridades na defesa da integridade física dos cidadãos e no combate ao terrorismo, ao narcotráfico, à corrupção, ao tráfico de menores, à emigração clandestina, entre outros.

- Por se tratar de um serviço secreto, há quem tente, talvez por razões políticas, compará-lo com a alegada Polícia Política da I República. Assim sendo, o que tem de diferente os SIR?

- Desde logo, resulta claro do diploma da criação desses serviços a preocupação de salvaguardar os direitos fundamentais. Esse órgão obedece a todos os princípios fundamentais do Estado de Direito Democrático, como sejam o respeito pela constituição e pelas leis, o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos constitucionalmente reconhecidos.

- Como irá decorrer o controlo institucional dos SIR?

- Prevê-se a existência de uma Comissão de fiscalização, composta por deputados eleitos pela Assembleia Nacional. Além do mais, e para garantir o princípio da transparência, estamos a propor uma comissão, constituída por três magistrados do Ministério Público, para fiscalizar o Centro de Dados dos Serviços de Informação da República. Aliás, penso que 30 anos de independência e 15 de democracia pluralista é tempo suficiente para um outro discurso sobre o país.

PN e outras forças

- O Governo anunciou a criação dos SIR. Como vão ser recrutados os candidatos a esse serviço e quem podem ser esses potenciais candidatos?

- Este não é o momento para se colocar essa questão. O importante agora é criar o serviço que se reveste de toda a importância para o combate da criminalidade.

- O que se pretende com a criação da Polícia Nacional, cujo pedido de autorização legislativa foi apresentado na sessão da AN deste mês?

- O Governo submeteu à AN um pedido de autorização para legislar sobre o regime geral das forças de segurança com vista à criação da Polícia Nacional, proposta essa que será apreciada nesta sessão de Fevereiro. Tão logo tenhamos essa autorização iremos trabalhar o diploma legal que cria a PN. A nova instituição policial será constituída nomeadamente pela Polícia de Ordem Pública, pela Polícia Marítima, pela Polícia Fiscal e Polícia Florestal.

No essencial, pretende-se reforçar a capacidade operacional e de racionalização dos meios materiais técnicos e humanos, propiciando uma maior coordenação entre as diversas vertentes de segurança e de ordem, permitindo responder com mais eficácia e eficiência às demandas nacionais, incrementar a actividade de inteligência policial e de articulação, especialmente, com a Guarda Costeira no que toca à prevenção da zona

económica exclusiva de Cabo Verde.

- Em que moldes ficará organizado o comando da PN, salvaguardando a autonomia de cada uma das forças policiais?

- A nova estrutura passa a comportar uma Direcção Nacional e Comandos Regionais. A Direcção Nacional abrange: a POP, de que faz parte a Polícia florestal, a Direcção de Emigração e Fronteira — que integra no seu seio a polícia marítima, o Comando das Unidades Especiais - formado por um Grupo de Intervenção Rápida e o Corpo de Intervenção e a Protecção de Entidades —, a Direcção de Formação da Polícia Nacional — que tem na sua dependência a Escola de Polícia Daniel Monteiro — a Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão e a Direcção Nacional de Operações.

- Que mais-valias a PN poderá trazer, em termos de segurança, para o país?

- Primeiramente teremos uma maior capacidade de coordenação entre as diferentes forças policiais, em situações que impliquem a necessidade de uma actuação conjunta. As exigências dos novos tempos, nomeadamente no combate à criminalidade requerem actuações conjuntas e concertadas. Veja, por exemplo, que faz todo o sentido que a Polícia de Imigração e Fronteiras e a Polícia Marítima estejam sob o mesmo comando. Isso permite uma maior racionalização dos meios existentes, tanto os operacionais como os de mobilidade.

- Porque é que a PJ fica de fora da Polícia Nacional?

- A PJ possui especificidades que aconselham a sua não integração na Polícia Nacional. Aliás, esta tem sido a prática nos vários países. Mas estão estabelecidas, por via de uma resolução do Conselho de Ministros, as vias e formas de coordenação de todas as polícias, incluindo a Polícia Judiciária.

- Não seria menos custoso para o Estado incluir a Judiciária na Polícia Nacional, tendo em conta que a PJ paga cerca de 500 contos por mês de renda?

- Já disse sobre as razões que aconselham a não integração da PJ na Polícia Nacional. Os custos com a renda de casas não são apenas uma questão que se põe à PJ. Temos de trabalhar para edificar mais infra-estruturas para acolher os serviços do Estado.

- Há quem diga que a criação de unidades anti-terroristas vai ficar na dependência das FA e não da PN como se pensava. É verdade?

- Esta questão não foi discutida, pelo que não sei como é que se “pensava” que a unidade estaria na PN. Este é um processo em curso e o serviço há-de estar na dependência do departamento governamental adequado.

- Se for integrada na Polícia Nacional, não há aqui uma duplicação com a unidade de Intervenção rápida que a PN vai ter?

- Não. As atribuições e competências serão distintas.

- Constou-nos que a PN poderá ter a dirigi-la um civil. É verdade?

- Não é uma questão que me preocupa

neste momento. Desde logo porque há tarefas mais importantes, quais sejam as que têm a ver com a estruturação da nossa polícia.

- A lei de investigação criminal que dá à POP poderes, também, para investigar será aprovada quando?

- Devemos trabalhar no sentido de garantir algumas competências processuais e instrutoras à POP. Acho que é um elemento que reforça a autoridade policial.

- Os inspectores da IGAE vão fazer parte da Polícia Nacional, enquanto órgão de polícia criminal económica?

- Não. A Polícia Fiscal manterá as suas competências no domínio do combate ao crime fiscal e manterá a verticalidade que tem neste momento.

- Para quando as mudanças na POP, já que o seu novo Comandante-Geral ainda não deu um ar da sua graça?

- Algumas mudanças a que me referi serão da competência do comandante e sei que ele está a trabalhar com vista a se encontrar as melhores soluções para as diferentes unidades policiais no país.

- Desde 1998 não foi feita na POP a avaliação de desempenho, que é um dos requisitos obrigatórios para a promoção e progressão na carreira. O que se passa?

- O comando tem instruções para implementar neste ano a avaliação do desempenho. Aliás, neste ano, o desenvolvimento nas carreiras terá em linha de conta a avaliação do desempenho.

- À semelhança dos militares, os agentes da Polícia querem poder aposentar-se aos 50 anos de idade ou 34 anos de trabalho. O que pensa o Governo disso?

- O regime da aposentação na POP satisfaz. Mas, como sabe, os novos estatutos resgatam o regime de reservas que é uma boa solução para os profissionais que tendo prestado relevantes serviços à POP, estão hoje impossibilitados de dar o seu contributo e devem reformar-se com toda a dignidade.

POP e emigração

- Uma outra questão que preocupa os policiais é precisamente a reserva. Que novidades tem?

- Ela está instituída nos novos estatutos.

- De acordo com os oficiais da Polícia, o sistema de avaliação de desempenho na POP não é aplicável. Quando vai ser mudado o regulamento de avaliação?

- Pedi já a revisão de algumas normas dessa avaliação, que será analisada a nível do comando.

- Há a ideia de que policiais com formação superior na área de ciências policiais estão



Os SIR decorrem (...) da necessidade de se conhecer antecipadamente as ameaças que se colocam à segurança colectiva do Estado de Cabo Verde, agindo na antecipação e subsidiando as autoridades na defesa da integridade física dos cidadãos e no combate ao terrorismo, ao narcotráfico, à corrupção, ao tráfico de menores, à emigração clandestina, entre outros.



mal integrados. Exemplo disso é que um dos guarda-costas do primeiro-ministro é formado em ciências policiais, quando devia estar a formar, por exemplo, outros guarda-costas.

- Os novos estatutos permitem a aceleração nas carreiras dos profissionais com formação. A competência e o mérito serão elementos incontornáveis no processo de desenvolvimento nas carreiras.

- **O problema não está na falta de gestão dos recursos humanos existentes?**

- Estou convencido de que devemos aprimorar a questão da gestão dos recursos humanos, e isto não é apenas uma questão da polícia.

- **Há dois anos que nenhum agente da POP é indicado para frequentar o curso de polícia no Instituto Superior de Ciências Policiais de Portugal. Porquê?**

- Temos de contar, cada vez mais, com o nosso próprio esforço. Mas em contrapartida, temos uma dinâmica de formação forte com muitos países.

- **Com a unificação das várias polícias como ficam as várias carreiras existentes até aqui?**

- Neste momento, cada polícia manterá a sua verticalidade, os seus estatutos, as regalias, etc.

- **O pessoal da POP tem um Serviço Social financiado por ele, mas quem faz a gestão é o comando. Existe a possibilidade, há muito aventada, disso mudar. Para quando essa mudança?**

- Não vejo por que mudar. O Serviço Social está a funcionar e houve melhorias importantes nesse serviço. Devemos continuar a melhorar e fazer com que o impacto da actuação desse serviço se faça sentir nas re-

O Governo já tem os cenários dos custos mínimos e máximos para fazer funcionar esses novos municípios e está a mobilizar esses recursos junto dos tradicionais parceiros de Cabo Verde.

giões mais periféricas, nas unidades mais periféricas.

- **Com a criação de mais cinco novos municípios em Cabo Verde, a POP está à altura de transformar os postos existentes nestas localidades em novas esquadras policiais, com mais meios humanos e materiais?**

- A instalação dos municípios é um processo e obviamente que a polícia irá acompanhar este processo.

Estrangeiros

- **Estão previstas algumas medidas de políticas para o controlo da entrada e permanência de estrangeiros em Cabo Verde?**

- Efectivamente. Submetemos também um pedido de autorização legislativa que revê o regime que regula a situação jurídica

dos estrangeiros em Cabo Verde, como sejam a questão dos vistos, a entrada e permanência de cidadãos estrangeiros no país. Desde logo, por questões que têm a ver com a potenciação da vocação turística do país, outrossim por motivos ligados ao controlo das fronteiras, no estrito respeito pelos compromissos internacionais assumidos. Esta é, também, uma medida de reforço da segurança interna.

- **E quanto ao livre trânsito, a nível da CPLP e da CEDEAO, pelos cidadãos desses espaços geográficos?**

- Serão respeitados, normalmente, os compromissos de Cabo Verde a este nível. Os acordos internacionais a esse nível não põem em crise a legislação nacional, que será rigorosamente aplicada de ora em diante.

- **Em que pé se encontravam o processo dos envolvidos no motim de Santa Maria, no Sal?**

- Os que se encontravam ilegalmente no território nacional, naturalmente foram expulsos do país. Os em situação normal respondem perante a justiça nos termos da legislação cabo-verdiana. Aqui a tolerância é zero. Este é um Estado aberto e de direito e as leis são para cumprir.

- **Como estão sendo acompanhados e tratados os casos de cabo-verdianos repatriados do estrangeiro, que vêm aumentando consideravelmente no país?**

- Hoje mais de que nunca estamos a acompanhar de perto esta questão. Mas também aqui não vale a pena dramatizar. Estamos a intensificar a colaboração policial que temos com os países implicados, o que nos permite, hoje, ter uma visão clara desta problemática. As instituições estão a trabalhar nos planos de reintegração e reinserção social e faz-se o competente acompanhamento.

PARCEIROS INTERNACIONAIS CUSTEIAM LEGISLATIVAS 2006

- **Estando o Poder Local sob a sua tutela, que medidas importantes estão previstas para os municípios durante este ano?**

- Há um pacote legislativo que está a ser trabalhado, ao nível da Secretaria de Estado da Descentralização e Desenvolvimento Regional, que reputo de muita importância para os municípios. De entre esses pacotes queria destacar a revisão da Lei das Finanças Locais, que penso que cria um ambiente favorável ao desenvolvimento dos municípios.

Esta legislação vai permitir que os municípios possam aceder a créditos em moldes diferentes e mais favoráveis dos que a lei permite até hoje, e haverá nesta medida um ganho muito grande para os municípios. Há propostas que visam temporizar os instrumentos fundamentais de gestão do Governo aos instrumentos de gestão dos municípios, permitindo uma certa previsibilidade em termos daquilo que poderá ser as transferências do Governo para as autarquias. Mas também é um projecto que reclama algum cumprimento por parte das autarquias. Os compromissos do Estado de Cabo Verde com algumas instituições internacionais, e que obrigam a uma boa gestão ao nível central, serão também repassados à boa gestão dos municípios.

Mas, de todo o modo, penso que há ganhos importantes que vão decorrer da lei que vai ser apresentada no parlamento. O relacionamento entre o Governo e os Municípios, neste momento, é um relacionamento que reputo de bom e estamos a trabalhar para que estas relações possam ser consolidadas cada vez mais, com base, obviamente, no esclarecimento, também, por via daquilo que são algumas das relações ao nível financeiro. A relação financeira entre o Governo e os municípios é algo que ficará melhor esclarecido com este diploma.

- **Que importância o governo atribui à criação dos cinco novos municípios e onde arranjará recursos para os fazer funcionar?**

- Em relação à criação dos municípios, penso que é uma matéria sobre a qual estão já produzidos alguns consensos. Desde logo porque todos os grupos parlamentares apresentaram já diplomas neste senti-

do ao parlamento, em oportunidades diferentes. Por outro lado, há uma grande expectativa das populações em torno da criação desses municípios.

Temos a firme convicção que o exercício do poder autárquico mais próximo dos cidadãos trará ganhos importantes para o desenvolvimento e para a cidadania. Espero que se possam produzir consensos alargados à volta da criação destes novos municípios ao nível do parlamento. O Governo já tem os cenários dos custos mínimos e máximos para fazer funcionar esses novos municípios e está a mobilizar esses recursos junto dos tradicionais parceiros de Cabo Verde.

- **Vêm aí as próximas eleições. O Governo já começou a mobilizar os recursos para tal?**

- Relativamente ao financiamento das próximas eleições não haverá nenhuma questão que não esteja a ser resolvida. Pela primeira vez, e com antecedência de mais de um ano, o Governo preparou um orçamento que foi submetido aos parceiros internacionais e já há algumas indicações positivas do engajamento dessas organizações a nível da organização das próximas eleições em Cabo Verde. Não se podia, obviamente, inscrever num orçamento que se aprova no ano de 2004 recursos para as despesas de 2006. Este é um constrangimento que havia, de tal forma que estamos a trabalhar no quadro deste orçamento que foi apresentado e já há sinais positivos de haver recursos para o financiamento das próximas eleições.

- **E como vai a preparação do acto eleitoral em si, com destaque para a emissão do cartão de eleitor?**

- Devo dizer-lhe que a preparação está a decorrer normalmente. As comissões de recenseamento estão cada vez mais consolidadas, têm mais meios técnicos e informáticos que lhes permitem cumprir com as obrigações que lhes foram atribuídas no Código Eleitoral, nomeadamente as obrigações que têm que ver com a inscrição, o recenseamento, a correcção dos cadernos e até a publicação dos cadernos eleitorais.

Estamos a criar todas as condições para continuar a emitir os cartões de eleitor, sendo certo que os cartões de eleitor são um documento importante para

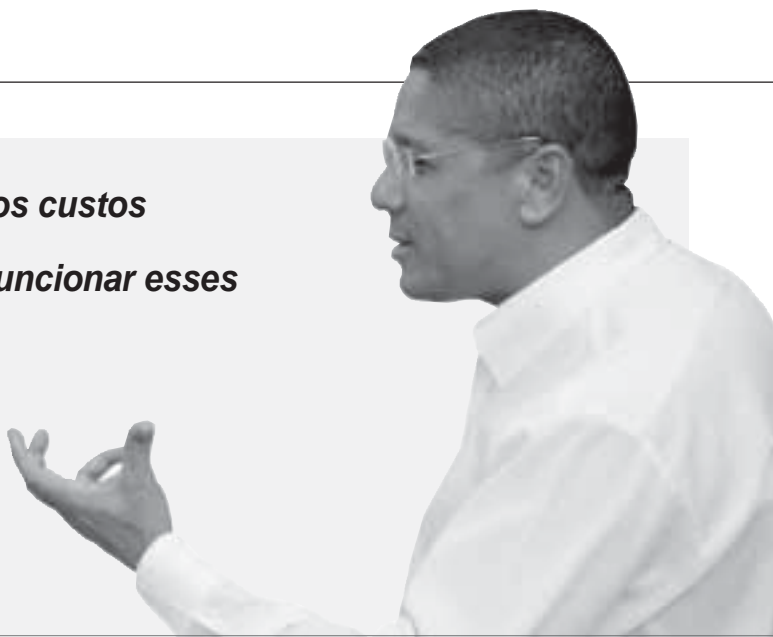
o voto, mas não o único. Devo dizer que para as eleições autárquicas, mais de cinquenta mil cabo-verdianos obtiveram o bilhete de identidade a custo zero por iniciativa do governo. Estou convencido que estamos a criar todas as condições para que muito antes das eleições todos os cabo-verdianos estejam em condições de exercer esse direito fundamental.

- **A CNE e a DGAE estão equipadas, com recursos humanos e financeiros, para poderem desempenhar eficazmente as suas funções?**

- Neste momento, como se pode constatar no orçamento em exercício, os recursos da DGAE foram substancialmente aumentados para fazer face a este período pré-eleitoral. A administração eleitoral é, efectivamente, o serviço que deve ser dotado de meios fundamentais para o cumprimento das suas obrigações, porque é a Administração Eleitoral que trabalha os cadernos, os recenseamentos, que paga às pessoas que exercem essa actividade, que produz os cartões de eleitores, que importa as chapas de plásticos para a impressão dos cartões de eleitor, que precisa de um conjunto de instrumentos informáticos para as eleições. Portanto, eu penso que passa por aí grande parte das obrigações do preparo técnico das eleições. É certo que estamos a trabalhar, também, para garantir que a própria CNE possa ter meios que serão necessários para o exercício das suas competências, que também decorrem do código eleitoral.

- **Com vai o processo de recenseamento, nomeadamente no que toca à actualização dos cadernos eleitorais e a eliminação das múltiplas inscrições?**

- O processo do recenseamento está a decorrer normalmente. No transcurso de 2004, mais de 14 mil cabo-verdianos se inscreveram nos recenseamentos nacionais. Este valor é o que normalmente acontece num ano pré-eleitoral. Eu recordo que em 2004 não estávamos num ano pré-eleitoral, só para se ver que há uma dinâmica muito forte a nível do recenseamento eleitoral. Estou convencido de que este ano todos os cabo-verdianos em condições de exercer o seu direito de voto e que ainda não estão recenseados serão recenseados.



ADEUS LÚCIA



Era bom que, como jornalistas, pudéssemos escolher, dentre todas as notícias, só aquelas que nos fazem sentir que o mundo é quase uma festa. Era bom, igualmente, que, quando as más notícias existissem, elas se referissem somente a lugares longínquos, a pessoas desconhecidas, cujas histórias, apesar de nos comoverem, não nos marcam a vida.



Porque o mundo de fantasia da nossa infância, onde as histórias tinham sempre um final feliz, não existe, os factos do mundo real sugam-nos, muitas vezes, para dentro deles. Nessas alturas somos, ao mesmo tempo, personagens e narradores, narradores envolvidos em sentimentos que nos impedem de seguir aquela lógica da escrita que o jornalismo exige, sem adjetivos, sem envolvimentos pessoais, sem opinião.

Hoje deparamo-nos com esse drama, de escrever a notícia da morte de uma colega, de uma amiga, ao lado da qual vínhamos caminhando, na construção de um jornalismo que se sonha para Cabo Verde.

Dizer da morte da Lúcia Dias, que

sempre zombou da morte e brincou com a vida, apesar da sentença que carregava desde que começou a se entender como gente?

Falar que ela morreu calmamente, pouco depois de termos brindado com ela, nesta mesma página 7, que hoje perdeu a graça, a sua entrada na idade da loba? Revelar uma sensação de que ela foi, nesses últimos meses de vida, preparando-se para uma outra caminhada? Não.

Pelo que foi a Lúcia, pelo seu grande e frágil coração, rendemos-lhe a nossa homenagem de amigos lembrando a sua caminhada, de jovem recém-formada, de lençinho vermelho amarrado na testa, qual revolucionária vinda de

Cuba, a querer conquistar o seu lugar ao sol, cheia de pressa.

Lembrar a mulher que desafiou a medicina porque queria ser mãe, não de um filho - o que já seria demais para ela - mas de dois rapazes fortes e saudáveis. E que depois de grandes sustos que a sua frágil saúde lhe pregava, voltava à vida de sempre, aquela que vale a pena e, por isso, deve ser vivida com intensidade.

Lembrar a técnica que sempre esteve envolvida nas questões da comunicação social, procurando contactos, a nível da cooperação, que enriquecessem os profissionais do sector, aceitando desafios de direcção, sem fazer barulho, em situações que ninguém

teria coragem.

Esse envolvimento com as coisas da comunicação ocupou o seu tempo até aos últimos momentos. A prova disso é que estão, ainda, nos correios electrónicos de vários jornalistas envolvidos com a legislação da classe, e-mails de Lúcia Dias, que se esquecia sempre dos cargos que ia ocupando, já que a sua principal ocupação era ser amiga daqueles com os quais convivia, sem pedir nada em troca.

Ainda jovem, ela deixa-nos rumo a outros desafios, como uma borboleta, que vive poucas horas, mas que nos marca a vida de cores e movimentos, deixando para trás o fruto do seu trabalho. Até sempre, Lúcia.

TACV levanta processo disciplinar à líder do PNC

A companhia aérea nacional mandou instaurar um processo disciplinar contra a chefe de cabine e presidente da Associação dos Comissários de Bordo, Joaquina Almeida. Isto numa altura em que o Sitthur já solicitou uma intervenção da Direcção-Geral do Trabalho quanto ao despedimento de outro assistente de bordo e quando a TACV ultima uma nova proposta de negociação com o Pessoal Navegante de Cabine.

Os assistentes de bordo e o Conselho de Administração da TACV devem sentar-se à mesa nos primeiros dias de Março para mais uma ronda negocial, a primeira depois da greve de Janeiro. Ao que **A Semana** apurou, a Direcção-Geral do Trabalho espera apenas a entrega de uma nova proposta da companhia aérea nacional - o que deve acontecer até ao final deste mês - para agendar um novo encontro entre as partes.

Segundo fontes deste jornal, a TACV está a preparar um novo pacote de propostas a apresentar aos assistentes de bordo, na qual recua, substancialmente, face às reivindicações dos PNC, mas, em contrapartida, exige cedência desses profissionais, que pedem uma "adequação salarial" de 45 por cento devido ao aumento da sua carga horária anual de 420 para 660 horas reais de voo.

"O CA da TACV está disposto a encerrar este dossier, pelo que vai propor um pacote global que absorve exactamente as propostas em negociação e reivindicadas pelos PNC. Será, na prática, um recuo ligeiro da empresa, median-



te, claro, uma cedência dos assistentes de bordo", revela a nossa fonte, para quem, uma vez mais, não é seguro que vá haver entendimento entre a TACV e os PNC na próxima ronda de negociações. "A acontecer, será um acordo provisório", prevê.

Seja como for, a verdade é que a reunião negocial de Março próximo acontecerá num momento de muita tensão entre as duas partes. Sobretudo agora que, de acordo com as nossas fontes, a companhia aérea nacional acaba de levantar um processo disciplinar contra a presidente da As-

sociação dos Comissários e Assistentes de Bordo (ACAB). Tudo porque, de acordo com as nossas fontes, Joaquina Almeida terá sido apanhada com mais de dois quilos de peso de bagagem com produtos particulares. Uma suposta infracção das regras de voo que poderá vir a custar caro à líder dos PNC e principal activista nesta luta contra a TACV.

Além disso, as relações entre os comissários de bordo e a empresa aérea nacional tornaram-se ainda mais azedas depois do despedimento de Ronnie Maurício, que integrava a comissão de negociação dos PNC. Facto considerado ilegal pelo Sitthur que inclusive já solicitou à DGT uma intervenção a esse respeito. Em carta endereçada à DGT, aquele sindicato considera grave a forma como se desenrolou o processo de despedimento de Maurício - "através de um simples despacho do CA, ainda que tenha assumido a responsabilidade de

pagar um ano de salário ao funcionário, sem trabalhar" - daí, interpretar o sucedido como uma "retaliação da TACV" para com o funcionário. Na sua missiva, o Sitthur chega mesmo a pedir a anulação do castigo a Ronnie Maurício, "que foi tomada sem precedência de processo disciplinar". Por isso, pede a reintegração do funcionário.

Por estas e por outras, atesta a nossa fonte, o CA da TACV e os assistentes de bordo vão iniciar uma nova negociação, a priori, de costas voltadas, podendo dali tudo sair. Um acordo provisório ou nova ameaça de greve.